

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. OBJETIVO:

1.1. Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de Estudo Técnico Preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é o credenciamento de empresas com ou sem fins lucrativos especializadas para realização de exames diagnósticos, consultas de avaliação para TEA na Atenção Especializada.

2. REFERÊNCIA LEGAL

2.1. No Art. 18 da Lei 14.133/2021, dispõe que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o art. 12, inciso VII, da Lei n. 14.133/2021 e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendido a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido.

3. ÁREA REQUISITANTE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, por meio do Fundo Municipal de Saúde, sendo acompanhado pela Direção Executiva Administrativa e do Setor de Regulação, Controle e Avaliação, sob a responsabilidade da Direção de Regulação, Controle e Avaliação.

4. INFORMAÇÕES GERAIS

4.1. Equipe de Planejamento:

NOME	Cargo /Função	Matrícula	E-mail
Caroline Prazeres	Diretora DRCA	1181704	diretoriadrca@itajai.sc.gov.br
Victor Moreira de Moraes Lopes	Gerente DRCA	2705301	consultas.drcaa@itajai.sc.gov.br
David Juan Francisco	Faturamento DRCA	1558201	davidfrancisco@itajai.sc.gov.br

5. DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

5.1. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O Poder Executivo Municipal de Itajaí, possui uma população de aproximadamente 270.000 habitantes, onde diversos destes habitantes precisam de certos procedimentos de média complexidade conforme a demanda reprimida oriunda das Unidades Básicas de Saúde, resguardando sua dignidade,

através de uma saúde bem cuidada, necessitando, portanto, da contratação de empresas especializadas para atendimento de procedimentos de média complexidade, nos ambientes das empresas interessadas, uma vez que a Municipalidade não possui mão de obra e nem equipamento capaz para executar o serviço.

Itajaí, por meio da Secretaria Municipal de Saúde tem implementado importantes mudanças para agilizar e aumentar a eficiência e a capacidade de atendimento à população usuária da rede pública de saúde, portanto, esta Secretaria trabalha sob a ótica de um modelo de gestão que atenda às condições exigidas pelo Ministério da Saúde, para promoção, proteção e recuperação da Rede de Atenção à Saúde, bem como a organização e funcionamento dos serviços desse segmento, visando garantir o efetivo atendimento ao usuário do SUS.

Portanto, a necessidade do objeto do referido credenciamento, considerando que demanda pelo serviço é muito superior à demanda de oferta, justificando quanto a inexistência ou insuficiência dos serviços de saúde, este, se não contratados poderão acarretar ônus, encargos e prejuízos de ordem pública e administrativa no que se refere ao atendimento de saúde da comunidade, haja vista que a demanda a ser atendida não pode aguardar.

A atenção primária em saúde é o primeiro contato do cidadão com os serviços de Saúde da Rede Pública, assim, é importante e necessário que os entes públicos ofereçam serviços em todos os pontos de atenção e níveis de complexidade.

Um sistema de saúde baseado na atenção primária à saúde orienta suas estruturas e funções para os valores de equidade e solidariedade social, e ao direito de todo ser humano de gozar do mais alto nível de saúde que pode ser alcançado sem distinção de raça, religião, ideologia política ou condição econômica ou social.

Outro ponto crucial, que justifica a necessidade de realização de contratação de empresa(s) para procedimentos de média complexidade estão representadas nas dificuldades enfrentadas pelo Município, vez que o Estado de Santa Catarina não consegue absorver toda a demanda do SUS, gerando filas de espera por longos períodos, ocorrendo em muitos casos o agravamento da doença, ocasionando mais custos com tratamentos e medicamentos do que com o custo com a própria realização do procedimento.

No SUS, os procedimentos de média complexidade prioritários, são aqueles estabelecidos como de grande demanda reprimida e causas de filas de espera significativas, constituindo, dessa forma, objeto de implementação de estratégias efetivas com o potencial de aprimorar acesso e qualidade assistencial e ainda regulamentado por Lei Federais tocante a obrigatoriedade de assistência aos pacientes da rede pública de saúde.

Considerando, ainda, tratar-se de Assistência à Saúde atividade fim e bem essencial, direito fundamental da população, cabendo à gestão pública assegurar a UNIVERSALIDADE DO ACESSO e a INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA, princípios doutrinários e transversais do SUS, a solução encontrada foi a contratação de pessoa jurídica especializada para o atendimento desses procedimentos, onde devem ser prestadas com qualidade e em tempo oportuno. A oferta de serviços deve estar em conformidade com os parâmetros assistenciais vigentes. Ante ao exposto e de acordo com as obrigações do município, de manter os Serviços de Saúde de acordo com as normativas.

Apresentadas as informações acima, é possível concluir que os serviços a serem prestados pela Municipalidade geraria enormes impactos financeiros aos cofres públicos, na proporção que deveriam locar e/ou comprar espaço especializado para realização desses procedimentos, contratação de mão de obra especializada para cada área especializada aos pacientes, além da aquisição de materiais ambulatoriais para uso em cada paciente.

Neste sentido, optamos pela modalidade de **credenciamento** para a prestação dos supracitados serviços, como uma medida de esgotamento da demanda reprimida, e bem como para uma eventual composição na execução de novos procedimentos solicitados uma vez que, com base nas informações já descritas da fila de espera.

Assim, resta comprovada a necessidade da efetiva contratação do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, com vistas a uma maior oferta de serviços para complementar os atendimentos existentes na rede pública e filantrópica, possibilitando maior agilidade ao atendimento das demandas por procedimentos de média complexidade cadastradas no sistema de regulação, assim como estabelecimento de prazos para atendimento da fila de espera, de acordo com a classificação de risco.

Legalmente, é instituído através da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, como responsabilidades, as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, como direito fundamental do ser humano e regulamenta, em todo o território nacional, as ações do SUS, estabelecendo as diretrizes para seu gerenciamento e descentralização e enfatiza a descentralização político-administrativa, por meio da municipalização dos serviços e das ações de saúde, com competências e recursos, em direção aos municípios.

Ainda, na Lei nº 8.142/1990 dispõe sobre o papel e a participação da comunidade na gestão do SUS, sobre as transferências de recursos financeiros entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios na área da saúde e dá outras providências, instituída as instâncias colegiadas suas responsabilidades e os instrumentos de participação social em cada esfera de governo.

Quanto a legalidade da contratação dos serviços pela iniciativa privada de forma complementar aos serviços executados pelo SUS, o art. 199, §1º da CRFB/88 definiu as diretrizes para essa contratação e no art. 24 da Lei 8.090/90, assim disposto:

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

(...)

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 24. Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

Parágrafo único. A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público”.

O Ministério da Saúde expediu Portaria de Consolidação nº 01/2017 quanto a oferta de ações e serviços de saúde pública insuficientes, abaixo:

Art. 130. Nas hipóteses em que a oferta de ações e serviços de saúde públicos próprios forem insuficientes e comprovada a impossibilidade de ampliação para garantir a cobertura assistencial à população de um determinado território, o gestor competente poderá recorrer aos serviços de saúde ofertados pela iniciativa privada. (Origem: PRT MS/GM 2567/2016, Art. 3º).

Corroborando com as leis acima disciplinas, o Ministério da Saúde como forma de orientação, disponibilizou manual para contratação de serviços de saúde:

Nas contratações complementares de serviços de saúde deverão ser observados os princípios e as diretrizes do SUS, a necessidade de ampliação da oferta, assim como as pactuações, a programação, os parâmetros de cobertura assistencial e os recursos financeiros disponíveis para a definição do objeto e do quantitativo a ser contratado, sendo assegurada a preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, conforme previsto no art. 199, §1º, da C.F.

devendo o Gestor, persistindo a necessidade quantitativa dos serviços demandados, recorrer às entidades com fins lucrativos.

Por fim, considera-se a quantidade de procedimentos de média complexidade especificados neste documento a serem credenciados, todos apresentados objetivando suprir a demanda às necessidades de atendimento da população de acordo com o sistema de regulação, mediante credenciamento, conforme condições dispostas no art. 74, IV da Lei 14.133/2021 e critério de seleção previsto no art. 79, I da mesma lei.

6. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

6.1. Há previsão conforme disposto no Plano Anual de Contratações.

7. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

7.1. Os requisitos encontrados para a contratação, são com Entidades Filantrópicas, privadas com e sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema único de Saúde no Município de Itajaí, na realização de procedimentos eletivos de média complexidade, destinados a atender usuários do Sistema Único de Saúde na em diversas especialidades médicas para pacientes cadastrados na fila única de Saúde.

7.2. A contratação se dará de forma direta aos procedimentos mencionados na tabela no item 5, os quais deverão ser executados por profissionais e em unidade da empresa contratada, que serão pagos com recursos vinculados federais ou próprios municipais, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis na forma da lei.

7.3. A contratação para realização de procedimentos eletivos será celebrada entre a Contratante e a Contratada, nos quantitativos e especialidades relacionadas neste Estudo Técnico Preliminar que serão pagos com recursos vinculados federais ou próprios municipais. Conforme demanda a Lei 14.133/2021 em seu art. 79 o credenciamento poderá ser utilizado nos moldes dos seus incisos, devendo a administração Pública justificar o modelo adotado.

7.4. Para o caso em tela, faz-se necessário a contratação de forma paralela e não excludente, sendo a forma mais vantajosa para a Administração para a contratação deste objeto, onde poderá realizar a contratação simultânea em condições padronizadas, para prestigiar o princípio da isonomia, permitindo que os particulares definam de antemão se possuem condições de fornecer o objeto adequado para suprir a necessidade da Administração.

7.5. Assim, os interessados serão credenciados de acordo com a apresentação dos documentos necessários. Após selecionados, haja vista não haver a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados (caso houver mais de uma empresa interessada), há a necessidade de previsão de convocação em sistema de rodízio ou realizar processo de desempate.

7.6. A distribuição dos quantitativos definidos neste ETP se dará entre todas as empresas credenciadas, considerando a quantidade ofertada de cada credenciado, de modo que a repartição total dos quantitativos necessário ocorra de forma igualitária e/ou proporcional à estrutura disponibilizada ao SUS.

7.7. Será considerada como quantidade ofertada aquela ratificada e/ou retificada pelo Departamento da SMS, de acordo com a estrutura disponibilizada ao SUS. Portanto, após a publicação da homologação do resultado, os credenciados serão notificados para tomar conhecimento quanto à

distribuição do teto físico, e caso não haja a aceitação do teto disponível, o mesmo deverá assinar Termo de Desistência do Credenciamento.

7.8. Havendo a desistência de algum prestador selecionado, o seu teto financeiro será redistribuído entre os demais interessados aptos a contratar que apresentaram proposta para o lote/ítem que houve desistência.

7.9. A prestação dos serviços compreenderá o atendimento ambulatorial que corresponde às consultas, exames e terapias especializadas durante todo o atendimento ambulatorial.

7.10. Área de Abrangência e Delimitação Geográfica deverá ser necessariamente o prestador habilitado, além de possuir em seu cadastro CNES, capacidade instalada nas especialidades a que se propõe, para tal, deverá ter sua estrutura no Município de Itajaí.

7.11. Os procedimentos ambulatoriais serão pagos conforme execução, de acordo com produção apresentada e auditada, seguindo as recomendações estabelecidas neste ETP.

8. DA DISTRIBUIÇÃO DO TETO FINANCEIRO

8.1 A distribuição dos quantitativos definidos deverá obedecer às estipulações dos itens 7.6. a 7.8. acima mencionados.

9. DA FREQUÊNCIA E PERIODICIDADE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 A realização dos procedimentos ambulatoriais será conduzida através de um sistema de rodízio. Em cada período designado, os procedimentos ambulatoriais serão executados por uma empresa credenciada diferente, garantindo assim que todas as empresas participantes do processo de credenciamento tenham a oportunidade de prestar o serviço;

9.2. A forma de rodízio será de acordo com o número de prestadores credenciados. Cada prestador atenderá em um determinado período por vez. Assim, havendo mais de 1 prestador contratado, cada prestador terá disponível os serviços contemplados neste ETP, para garantir a continuidade da assistência aos pacientes, sem interrupção dos serviços.

9.3. O rodízio iniciará pela ordem cronológica de credenciamento, sendo o primeiro credenciado o primeiro a prestar os serviços e assim sucessivamente, reiniciando-se o rodízio na mesma ordem.

9.4 Havendo mais de um credenciado na mesma data, será realizado sorteio entre eles para estabelecer a ordem dentro do sistema de rodízio.

9.5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

10. DOS QUANTITATIVOS, VALORES, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. PROCEDIMENTOS

10.1.1. A contratação para realização de procedimentos ambulatoriais eletivos será nos quantitativos e especialidades relacionadas neste ETP, que serão pagos com recursos vinculados federais, FONTE: Despesa 365 – Fonte de Recurso:37 – Atenção Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

10.1.2. Os valores têm como referência os indicados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP) e por iniciativa da Administração Pública local,

10.1.3. Na Tabela abaixo, o quantitativo e o valor por procedimento:

LOTE 01 - EXAMES			
ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR MÉDIO	NECESSIDADE DE OFERTA ANUAL
1	<p>Grupo de Tomografia Computadorizada</p> <p>Todos os procedimentos referentes a este Grupo está descrito na TABELA 01</p> <p>A composição do Valor Final a ser pago será o Valor da Tabela SIGTAP mais a suplementação municipal, conforme TABELA 01</p>	233,92	6500
2	<p>Grupo de Ressonância Magnética</p> <p>Todos os procedimentos referentes a este Grupo está descrito na TABELA 02</p> <p>A composição do Valor Final a ser pago será o Valor da Tabela SIGTAP mais a suplementação municipal, conforme TABELA 02</p>	436,59	6500
3	Taxa de Sedação*	530,00	150

TABELA 01				
CÓDIGO SIGTAP	PROCEDIMENTO	VALOR SUS	SUPLEMENTAÇÃO MUNICÍPIO	VALOR FINAL
206010010	Tomografia Computadorizada de Coluna Cervical	86,76	130	216,76
206010036	Tomografia Computadorizada de Coluna Torácica	86,76	130	216,76
206010044	Tomografia Computadorizada de Face/Seios da Face/ Articulações Temporomandibulares	86,75	130	216,76
206010052	Tomografia Computadorizada do	86,75	130	216,76

	Pescoço			
206030029	Tomografia Computadorizada de Articulações Membro Inferior	86,75	130	216,76
206020015	Tomografia Computadorizada de Articulações de Membro Superior	86,75	130	216,76
206020023	Tomografia Computadorizada de Segmentos Apendiculares – (Braço, Antebraço, Mão, Coxa, Perna, Pé)	86,75	130	216,76
206010060	Tomografia Computadorizada de Sela Túcica	97,44	130	227,44
206010079	Tomografia Computadorizada do Crânio	97,44	130	227,44
206010079	Tomografia Computadorizada de Órbitas	97,44	130	227,44
206010079	Tomografia Computadorizada de Ouvidos e Mastóides	97,44	130	227,44
206020031	Tomografia Computadorizada de Tórax	136,41	130	266,41
206030010	Tomografia Computadorizada de Abdômen Superior	138,63	130	268,63
206030037	Tomografia Computadorizada de Pelve/Bacia/Abdômen Inferior	138,63	130	268,63
206010087	Tomomielografia Computadorizada (ou tomocisternografia) – inclui punção e contraste	138,63	130	268,63
TABELA 02				
CÓDIGO SIGTAP	PROCEDIMENTO	VALOR SUS	SUPLEMENTAÇÃO MUNICÍPIO	VALOR FINAL
207010013	Angioressonância Cerebral (arterial ou venosa)	268,75	107,75	376,5

207030030	Ressonância Magnética de Membro Inferior (Unilateral)	268,75	130	398,75
207030049	Ressonância Magnética de Vias Biliares/Colangioressonância	268,75	130	398,75
207030057	Ressonância Magnética Multiparamétrica de Próstata	268,75	130	398,75
207010021	Ressonância Magnética De Articulação Temporo-Mandibular (Bilateral)	268,75	130	398,75
207010064	Ressonância Magnética De Face	268,75	130	398,75
207010030	Ressonância Magnética de Coluna Cervical/Pescoço	268,75	130	398,75
207010048	Ressonância Magnética de Coluna Lombo-Sacra	268,75	130	398,75
207010056	Ressonância Magnética de Coluna Torácica	268,75	130	398,75
207020035	Ressonância Magnética de Tórax	268,75	130	398,75
207020035	Ressonância Magnética de Mama Bilateral	268,75	130	398,75
207010064	Ressonância Magnética de Crânio	268,75	130	398,75
207010064	Ressonância Magnética de Ouvidos e Mastóides	268,75	130	398,75
207010064	Ressonância Magnética de Órbitas	268,75	130	398,75
207010072	Ressonância Magnética de Sela Túcica	268,75	130	398,75
207020027	Ressonância Magnética de Membro Superior (Unilateral)	268,75	130	398,75
207030014	Ressonância Magnética de Abdômen Superior	268,75	130	398,75
207030022	Ressonância Magnética de Bacia/Pelve/Abdômen Inferior	268,75	130	398,75
207020019	Ressonância Magnética De Coração / aorta com cine	361,25	778,75	1140

a) O item SEDAÇÃO destina-se a sedação total e profunda do paciente, incluindo honorários de médicos anestesta, sendo necessária carrinho de emergência, desfibrilador, bem como equipamentos

e materiais para intubação ou medicações e materiais próprios para cardioversão e atenção em urgência referente a parada cardiorrespiratória. Será faturada a sedação com base na descrição da BPAi, emitida pelo solicitante.

b) Os grupos de tomografia e ressonância já incluem o contraste no valor final, sendo este equacionado com base na tabela AMFRI. O prestador fará o exame com contraste mediante descrição do profissional solicitante contida na BPAi. Assim sendo não será faturado tomografia ou ressonância com o procedimento de contraste de forma separada, considerando que o valor final do procedimento já inclui o contraste.

LOTE 02 - MEDICINA NUCLEAR					Capacidade Oferta Anual
CÓDIGO SIGTAP	PROCEDIMENTO	VALOR SUS	SUPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL	VALOR FINAL	NECESSIDADE DE OFERTA ANUAL
0208030026	Cintilografia de Tireoide com ou sem Captação	77,28	391,09	468,37	60
0208030034	Cintilografia de Tireoide com Teste de Supressão/ Estimulo	107,30	32,19	139,49	48
0208030042	Cintilografia para Pesquisa do Corpo Inteiro	338,70	193,47	532,17	24
0208090010	Cintilografia de Corpo Inteiro Com Galio 67 P/ Pesquisa De Neoplasias	906,80	272,04	1227,72	12
0208030018	Cintilografia de Paratireoides	324,54	207,73	532,27	24
0208040056	Cintilografia Renal/Renograma (Qualitativa e/ou Quantitativa	133,03	258,80	391,83	150
0208040102	Estudo Renal Dinâmico Com ou Sem Diurético	165,24	-	165,24	100

0208040030	Cintilografia de Testículo e Bolsa Escrotal	108,94	38,70	147,64	12
0208040072	Cistocintilografia Indireta	144,50	358,21	502,71	12
0208040064	Cistocintilografia Direta	122,97	42,50	165,47	12
0208050019	Cintilografia de Articulações e/ou Extremidades e/ou Osso	180,32	65,47	245,79	12
0208050035	Cintilografia de Ossos com ou sem Fluxo Sanguíneo (Corpo Inteiro)	190,99	533,50	724,49	700
0208060022	Cisternocintilografia (Incluindo Pesquisa e/ou Avaliação do Trânsito Liquórico)	205,34	74,80	280,14	12
0208080040	Linfocintilografia	141,33	523,88	665,21	24
0208070010	Cintilografia de Pulmão com Galio 67	457,55	163,63	621,18	12
0208010017	Cintilografia de Coração com Galio 67	457,55	161,97	619,52	12
0208040021	Cintilografia de Rim com Galio 67	457,55	137,27	594,82	12
0208050043	Cintilografia de Segmento Ósseo com Galio 67	457,55	1013,60	1471,15	10
0208070036	Cintilografia de Pulmão Por Inalação (Mínimo 02 Projeções)	128,12	38,44	166,56	12

0208070028	Cintilografia de Pulmão para Pesquisa De Aspiração	127,51	89,98	217,49	12
0208070044	Cintilografia de Pulmão Por Perfusão (Mínimo 04 Projeções)	130,50	889,50	1020,19	12
0208010041	Cintilografia de Miocárdio para Localização de Necrose (Mínimo 3 Projeções)	166,47	58,11	224,58	20
0208010025	Cintilografia de Miocárdio para Avaliação da Perfusão em situação de Estresse (Mínimo 3 Projeções)	408,52	410,50	819,02	1.300
0208010033	Cintilografia de Miocárdio para Avaliação da Perfusão em Situação de Repouso (Mínimo 3 Projeções)	383,07	311,84	694,91	1.300
0208020071	Cintilografia p/ Estudo de Trânsito Gástrico	144,22	51,14	196,36	12
0208020101	Cintilografia para Pesquisa de Hemorragia	310,82	109,35	420,17	12

	Digestiva não Ativa				
0208010084	Cintilografia Sincronizada de Camaras Cardiacas em Situacao de Repouso (Ventriculografia)	176,72	61,17	237,89	12
0208020080	Cintilografia P/ Pesquisa de Diverticulose de Meckel	114,86	43,06	157,92	12
0208040080	Determinacao de Filtracao Glomerular	63,22	-	63,22	12
0208040099	Determinacao de Fluxo Plasmatico Renal	63,22	-	63,22	12
0208060014	Cintilografia de Perfusao Cerebral c/ Talio (Spcto)	438,01	151,91	589,92	12
0208080015	Cintilografia de Sistema Reticulo-Endotelial (Medula Ossea)	112,61	68,19	180,80	12
0303120061	Tratamento de Hipertireoidismo (Plummer – Até 30 MCI)	443,70	-	443,70	12
0303120070	Tratamento de Hipertireoidismo	359,70	-	359,70	12

	Graves				
0208060030	Estudo de Fluxo Sanguíneo Cerebral	119,16	-	119,16	12

LOTE 03 - PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA PARA TEA.					
LOTE 03.1 - Atendimentos para fins diagnósticos de pacientes com suspeita de TEA					
CÓDIGO SIGTAP	PROCEDIMENTO	VALOR SUS	SUPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL	VALOR FINAL	NECESSIDADE DE OFERTA ANUAL
0301010048	Consulta de profissional de nível superior (exceto médico) na atenção especializada para avaliação diagnóstica multiprofissional em TEA - Fonoaudiologia	6,30	-	50,00	12.000
0301010048	Consulta de profissional de nível superior (exceto médico) na atenção especializada para avaliação diagnóstica multiprofissional em TEA - Fisioterapia/ Terapia Ocupacional	6,30	-	50,00	12.000
0301010048	Consulta de profissional de nível superior (exceto médico) na atenção especializada para avaliação diagnóstica multiprofissional em TEA - Psicologia	6,30	-	50,00	12.000

a) Para que o prestador seja considerado APTO ao credenciamento do grupo de Procedimentos contidos no Lote 03, este deverá fornecer equipe multiprofissional contendo obrigatoriamente as seguintes especialidades: Fisioterapeuta ou terapeuta ocupacional, psicólogo, fonoaudiólogo. Todos os itens descritos na tabela acima, devem ser executados, na mesma estrutura física, estando vedado a quarterização do serviço ou transferências de atendimentos para outra instituição;

- b) O Prestador a ser credenciado poderá também fornecer equipe devidamente habilitada para atuarem de forma multiprofissional nas unidades de saúde da Contratante, desde que seja identificada espaço e condições estruturais adequadas para a atuação dos profissionais;
- c) O critério de produção do credenciado deverá se embasar na avaliação preliminar do paciente por equipe multiprofissional determinada, que definirá quais especialidades e frequência que o paciente deverá ser submetido, não ultrapassando a periodicidade de uma vez por semana por especialidade.
- d) O Credenciado deverá comprovar formação técnica dos profissionais e experiência na área de Tratamento e acompanhamento terapêutico para pacientes com Transtorno de Espectro Autista - TEA;

LOTE 04 - GRUPO DE AVALIAÇÃO AUDIOLÓGICA			
Lote 04.01			
ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR MÉDIO	QUANT. ANUAL
1	<p>Grupo de Avaliação Audiológica</p> <p>Todos os procedimentos referentes a este Grupo está descrito na TABELA 03</p> <p>A composição do Valor Final a ser pago será o Valor da Tabela SIGTAP mais a suplementação municipal, conforme TABELA 03</p>	40,42	4.500

TABELA 03				
CÓDIGO	PROCEDIMENTO	VALOR SUS	SUPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL	VALOR FINAL
0211070203	Imitanciometria	46,00	-	46,00
0211070033	Audiometria Campo Livre	20,13	-	20,13
021107004-1	Audiometria Tonal Limiar	42,00	-	42,00
0211070211	Logaudiometria	52,00	-	52,00
0211070025	Audiometria de Reforço Visual (Via aérea / Via óssea)	21,00	21,00	42,00

LOTE 04.2					
CÓDIGO	PROCEDIMENTO	VALOR SUS	SUPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL	VALOR FINAL	QUANT. ANUAL
	Videofluoroscopia da Deglutição ¹	-	200,00	200,00	120
0211050113	Potencial Evocado Auditivo – BERA PEATE	93,76	206,24	300,00	1.500
0211070050	Avaliação Auditiva Comportamental	18,00	-	18,00	2.000

a) Os exames de Videofluoroscopia da Deglutição deverão conter a imagem dinâmica a ser entregue a gravação para o paciente.

LOTE 05 - PROCEDIMENTO ODONTOLÓGICOS NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA					
Lote 5.1. Procedimentos Odontológicos clínicos e cirúrgicos					
CÓDIGO	PROCEDIMENTO	VALOR SUS	SUPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL	VALOR FINAL	QUANT. ANUAL
0307020037	Tratamento Endodôntico de Dente Decíduo ²	5,59	92,41	98,00	1.200
0307020045	Tratamento Endodôntico de Dente permanente birradicular ²	5,71	459,29	465,00	1.500
0307020053	Tratamento Endodôntico de Dente permanente com três ou mais raízes ²	6,95	668,05	675,00	1.500
0307020061	Tratamento Endodôntico de Dente permanente unirradicular ²	4,41	375,59	380,00	1.200
0414020278	Remoção de Dente Retido	22,72	237,28	260,00	500
0414020138	Exodontia de Dente Permanente (por	-	260,00	260,00	500

	elemento, incluindo decíduos e raiz residual)				
0414020146	Exodontia Múltipla com Alveoloplastia por Sextante	12,98	387,02	400,00	150
0204010179	Radiografia panorâmica	9,03	15,97	25,00	500

a) Os procedimentos de endodontia serão faturados por paciente. O valor a ser pago será faturado, compreendendo o procedimento individualizado do início ao fim do tratamento.

LOTE 06 - CONSULTA DE PROFISSIONAL DE ENSINO SUPERIOR EXCETO MÉDICO NA NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA					
CÓDIGO	PROCEDIMENTO	VALOR SUS	SUPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL	VALOR FINAL	QUANT. ANUAL
0301010048	Consulta de profissional nível superior exceto médico - TERAPEUTA OCUPACIONAL	6,30	63,70	70,00	1.500

11. PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

11.1. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

11.2. Conforme especificado nos itens acima, os valores são baseados de acordo com a tabela do SUS, sendo inviável a utilização de orçamentos através de empresas do ramo.

11.3. Diante da necessidade abordada neste estudo, realizou-se um levantamento de mercado com o intuito de identificar e analisar soluções para uma possível contratação, levando em consideração critérios de vantagem para a Administração, como conveniência, economicidade e eficiência.

11.3.1. Solução 1: Realização de concurso público para o preenchimento de vagas de médicos especialistas.

11.3.2. Solução 2: Contratação, por meio de processo licitatório, de empresa ou entidade especializada em serviços médicos para a realização dos procedimentos ambulatoriais.

Analisando a solução 1 proposta e considerando a natureza da demanda, e o fato de recentemente o Município ter realizado concurso público para área médica e atendimento aos pacientes do SUS, demonstra a necessidade de medidas para zerar as filas reprimidas, a Solução 01 torna-se questionável, visto a falta de profissionais para realização de concursos para as áreas abrangidas neste

ETP. Isso se deve tanto pela diversidade de especialidades envolvidas e pela gama de profissionais necessários, quanto pelo fato de que uma vez atendida essa demanda reprimida, os custos fixos adicionais associados não seriam justificáveis, dada a falta de uma demanda contínua para sustentar a necessidade de 10 funcionários fixos no quadro. A realização de concurso público demandaria recursos investidos, tempo, criação de cargos, e considerando os dados históricos sobre a admissão de pessoal, vê-se que não há interesse dos profissionais no ingresso por concurso público.

É possível concluir que os serviços a serem prestados pela Municipalidade geraria enormes impactos financeiros aos cofres públicos, na proporção que deveriam locar e/ou comprar espaço especializado para realização dos procedimentos ambulatoriais contratação de mão de obra especializada para cada área aos pacientes, além da aquisição de materiais ambulatoriais e cirúrgicos para uso em cada paciente.

Portanto, a Solução 2, que consiste em contratar uma empresa ou entidade especializada para realizar os procedimentos, mostrou-se mais viável. Essa abordagem permite uma resposta mais ágil e flexível às demandas, possibilitando a redução significativa, se não a eliminação, das filas de espera. Ao terceirizar esse serviço, o município pode se beneficiar da expertise e da capacidade operacional da empresa contratada, garantindo um atendimento eficiente e de qualidade aos pacientes. Ademais, este tipo de contratação não impacta na folha de pagamento do município e não compromete o limite prudencial com folha de pagamento, considerando que esta contratação destina-se a contratação de serviços.

A partir dessas opções, surgiram duas alternativas para efetivar a contratação:

1. Pregão com Contrato: Esta alternativa oferece vantagens em termos de fiscalização, uma vez que envolve um processo competitivo de seleção de uma única empresa por meio de pregão. Isso facilita a supervisão e a gestão do contrato, uma vez que há apenas um fornecedor responsável. No entanto, é importante observar que essa abordagem pode limitar o número de prestadores de serviços disponíveis.

2. Credenciamento de procedimentos eletivos: O credenciamento permite a seleção de vários prestadores de serviços, proporcionando maior diversidade e flexibilidade na escolha dos profissionais de saúde. Além disso, ao contrário do pregão com contrato, o processo de credenciamento permanece aberto ao longo do ano, permitindo que mais empresas se credenciem conforme necessário. Isso evita a concentração em uma única empresa e oferece a oportunidade de escolher entre uma variedade de prestadores de serviços, o que pode ser vantajoso em termos de qualidade e especialização. Dessa forma, considerando as características e necessidades específicas do município, tornou-se evidente que a melhor opção seria contratação de empresa para a prestação dos procedimentos ambulatoriais mediante processo de credenciamento.

12. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

12.1. As estimativas do valor da contratação estão estipuladas em planilhas no item 5 deste ETP que foram levadas em consideração com a demanda atual de fila única do SUS para procedimentos ambulatoriais.

12.2. Propõe-se o valor de suplementação equiparado ao valor da AMFRI, pois já é o valor praticado pelos prestadores de serviços de saúde desta região de saúde. Neste sentido, com estes valores, evitaremos que ocorra itens desertos durante o credenciamento.

12.3. O valor global estimado para consecução do objeto deste edital é de R\$ 12.400.563,40 (doze milhões, quatrocentos mil, quinhentos e sessenta e três reais e quarenta centavos), a ser direcionado para cada contrato de prestadores credenciados, ao longo da vigência do edital de credenciamento, conforme ocorra as contratações, não sendo necessário o bloqueio do recurso de forma integral no ato de publicação do possível edital de credenciamento.

13. SOLUÇÃO ESCOLHIDA

13.1. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o exposto no item 7, a solução é o CREDENCIAMENTO de empresas para a realização de procedimentos de média complexidade. Essa escolha proporciona flexibilidade e diversidade na prestação de serviços de saúde para a população, permitindo um maior número de empresas selecionadas e, conseqüentemente, um atendimento mais amplo à demanda do município.

Objetiva a contratação mediante credenciamento, uma vez que os serviços de saúde compõem o rol de garantias constitucionais e estão intimamente ligados à dignidade da pessoa humana. Nesta linha, cabe transcrever o que dispõe os Arts. 196 e 197 da Constituição Federal, conforme a seguir:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Fica evidente que em virtude do dever de garantir os serviços de saúde não pode o Município correr o risco de adiar a contratação em questão, devendo buscar na lei e nos princípios norteadores da Administração Pública uma forma de solução que vá ao encontro do interesse público.

Nesse sentido, a realização do processo de credenciamento se justifica, por ser o instituto aplicável em situações de inexigibilidade de licitação, quando não há que se falar em concorrência dentre os interessados, também porque nesse procedimento, a avaliação técnica limita-se a verificar se o interessado, possui capacidade para executar o serviço, sem caráter classificatório.

A realização do procedimento encontra-se motivada na necessidade de salvaguardar o interesse público e assegurar a integralidade da assistência, por meio do reforço de procedimentos executados por médicos do quadro da contratada e no ambiente desta que possui todos os equipamentos necessários para a realização dos procedimentos, tendo em vista a insuficiência de materiais e servidores do quadro efetivo para fazer frente ao aumento vertiginoso da demanda, que acompanhou a criação de novos serviços.

14. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

14.1. Não se aplica, pois não há parcelamento.

15. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

15.1. Não se aplica pois não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

16. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

16.1. O processo de credenciamento de procedimentos ambulatoriais de média complexidade tem como objetivo principal aprimorar a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população. Por meio de uma seleção criteriosa de empresas, busca-se garantir um atendimento de excelência e segurança para os munícipes. Além disso, visa reduzir significativamente, ou até mesmo eliminar, as listas de espera municipal, assegurando um acesso rápido e equitativo aos procedimentos necessários, em conformidade com o que é preconizado pela Constituição.

17. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

17.1. Não há providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato.

18. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

18.1. A CONTRATADA deverá observar as normas de sustentabilidade aplicáveis aos itens, primando pela aquisição desses com menor impacto sobre os recursos naturais, uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais, maior vida útil e menor custo de manutenção do bem, no que for cabível. Observar quanto a possíveis resíduos sólidos, as disposições contidas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Itajaí/SC.

19. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)


19.1. Ante às razões expostas e tendo em vista e considerando tratar-se de Assistência à Saúde, Direito Fundamental assegurado pelo Constituição Federal – Art. 196 a 200, Lei 8.080/90 e demais legislações pertinentes, cabendo à gestão pública assegurar a UNIVERSALIDADE do ACESSO e a INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA, princípios doutrinários e transversais do SUS, em todos os Pontos de Atenção e Níveis de Complexidade.

19.2. CONSIDERANDO por fim, que o custeio/financiamento das Ações e Serviços Públicos em Saúde (ASPS), são de responsabilidade TRIPARTITE, nas três esferas de governo – União, Estados e Municípios – os quais devem garantir, solidariamente o acesso UNIVERSAL, INTEGRAL e IGUALITÁRIO, justifica-se a contratação de empresas para realização de procedimentos de consultas e exames.

19.3. A contratação visa garantir a boa execução dos serviços, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade, rapidez no atendimento a demanda dos serviços, melhoria do ambiente de ensino e de trabalho, declarando assim, viável esta contratação. Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

19.4. Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

20. Responsáveis pela Elaboração do ETP

Documento assinado digitalmente
 **CAROLINE PRAZERES**
Data: 25/07/2025 14:18:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Caroline Prazeres
Diretora de Regulação Controle e Avaliação
Matrícula:

Victor Moreira de Moraes Lopes
Gerente de Controle e Avaliação
Matrícula: 2705301

Itajaí/SC, julho de 2025.

Mylene Martins Lavado
Secretária Municipal de Saúde